

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:**

## Sumário

|                                                                                                |          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                        | <b>2</b> |
| Título: Tarifa de luz que varia com o horário demora para engrenar .....                       | 2        |
| Título: Petrobras e o que privatizar .....                                                     | 2        |
| Título: Gigantes usaram serviços de denunciados pela Lava Jato .....                           | 4        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                     | <b>6</b> |
| Título: Governo estuda pacote para reduzir conta de luz .....                                  | 6        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                                      | <b>7</b> |
| Título: Diesel terá até 15% de biodiesel .....                                                 | 7        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                                          | <b>9</b> |
| Título: Ressuscitado, 'Brasduto' avança e causa polêmica ao tirar recurso de fundo social .... | 9        |
| Título: Mudanças no texto original emperram Lei do Gás .....                                   | 11       |
| Título: Ex-secretário-executivo do MME é cotado para ser titular da pasta .....                | 13       |
| Título: Por que querem impedir o crescimento da energia solar? .....                           | 14       |
| Título: CSN promete reduzir mais a alavancagem .....                                           | 17       |
| Título: Antecipação de obras valoriza ativos de transmissão da EDP em R\$ 200 milhões .....    | 19       |
| Título: Distribuidoras veem retomada nas vendas .....                                          | 20       |
| Título: MRV testa carro elétrico no Minha Casa, Minha Vida .....                               | 22       |

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Data:** 09/11/2018**Seção:** Colunas**Autor:** Maria Cristina Frias**Título:** Tarifa de luz que varia com o horário demora para engrenar

## Mercado Aberto

A tarifa branca, um mecanismo implementado neste ano para incentivar os consumidores de luz a usar energia fora dos horários de pico, teve adesão de menos de 2.000 clientes, segundo a Aneel.

O número de conexões que podem migrar é de 80 milhões, segundo Thais Prandini, sócia da consultoria Thymos energia.

"Falta propaganda para que a tarifa branca consiga engrenar. Além disso, há casos de clientes que a adotaram e não tiveram uma redução significativa em suas contas de luz."

A maior parte dos que aderiram é de lojas ou pequenas indústrias.

Nesses casos, o consumo já acontece fora dos horários de pico de uso de energia, quando a luz é mais barata, então é uma decisão que não precisa nem mesmo de reflexão para ser tomada, afirma.

O cliente residencial precisa ver as flutuações de preço em tempo real para decidir em qual horário usar energia, diz Lucas Guimarães, do Madrona Advogados.

"As adesões vão subir quando os medidores inteligentes ficarem mais baratos."

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Data:** 09/11/2018**Seção:****Autor:** João Santana**Título:** Petrobras e o que privatizar

Ideia de fatiar empresa pode esbarrar em acionistas

Advogado e ex-ministro da Infraestrutura (mai.1991- abr.1992, governo Collor)

Influenciados pela greve dos caminhoneiros e o consequente questionamento sobre a prática de preços da Petrobras, aqui e ali aparecem novos defensores não da privatização, mas, como dizem, do “entorno” da empresa.

Esse “entorno” são justamente as refinarias, rede de distribuição, transporte e outras “partes” da companhia. Alguns teorizam e dizem que a Petrobras deve ficar apenas com a área de produção, em que é muito boa, mas deve abrir mão das outras.

Tratam como se o fenômeno econômico do monopólio que a Petrobras exerce no refino, além de outras áreas, fosse em virtude da lei. Esquecem que, desde 1997, o Estado não mais detém o monopólio do negócio do petróleo; no que toca ao refino, quem se interessar pode explorá-lo mediante simples autorização da Agência Nacional do Petróleo, algo mais fácil do que abrir uma nova concessionária de ônibus em São Paulo.

Após 1997 sobrou ao Estado apenas o controle da Petrobras, que tem natureza jurídica privada, com ações em Bolsa e milhares de acionistas.

Se pensássemos em sua privatização, esta se daria pela venda da fatia de 50,26% das ações ordinárias que o Tesouro Nacional detém, que representam cerca de 28% do total das ações da Petrobras, e pela eventual venda do percentual do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Lembremos que, como empresa globalizada, boa parte das ADRs (American Depositary Receipts) comercializadas nas bolsas internacionais está nas mãos de investidores estrangeiros, que aliás já abocanharam uma boa verba indenizatória relativamente aos desmandos da Operação Lava Jato.

É fato que no “novo mercado”, novas empresas ou as que migraram obrigam-se a uma governança com mais transparência ao investidor e com uma única classe de ação representativa do capital.

A Petrobras inclusive já aderiu ao Nível 2 de governança na B3 — que, embora tenha concedido a isenção do direito de voto das ações preferenciais em situações decisivas ou críticas, teve ampliadas as atribuições do Comitê de Minoritários da companhia, além da exigência de 40% de conselheiros independentes na composição de seu Conselho de Administração.

Assim, caso o Estado queira se desfazer das “suas” refinarias, deverá combinar com os beques, que no caso são os acionistas privados, os sócios do Estado que podem e têm todo o direito de não aceitarem a venda das refinarias, além de outros ativos estratégicos. Mesmo que eventualmente o majoritário alegue que restará uma empresa menor, especializada e no primeiro momento menos endividada. Se forçados, pleitearão indenizações milionárias.

Além disso o jogo terá a CVM como juiz, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) como auxiliar e os controles da B3 como árbitros de vídeos.

Podem os mais fazendários dizer que exercerão a maioria na assembleia e com isso aprovarão o que quiserem, vendendo o que bem entenderem, sem a intervenção dos árbitros. Isso até poderá acontecer, porém não sem antes muita água rolar por debaixo da ponte, levando investidores e governo a arbitragens, recursos, agravos e demais medidas que nosso direito processual faculta aos montes.

Já se pode vislumbrar a contenda. De um lado, os ilustrados agentes do Estado a mostrar que, sem a venda das “partes”, continuará o monopólio e, sem o dinheiro resultante, não se aplacará o déficit público; além disso, restará uma nova Petrobras no final, mais forte e sem dívidas.

Do outro estarão os “minoritários”, mas não tanto, que dirão que suas ações representam o todo da empresa, que o controlador exerce abuso de controle e obriga perdas econômicas, e que compraram seus papéis segundo as regras de mercado e que essas nada falavam em partição da empresa.

Melhor seria para todos que abandonássemos essa idiossincrasia getulista e privatizássemos de vez a Petrobras, que cada vez mais terá menos sentido para o Estado — e, acreditem, sob seu controle valerá no futuro menos do que hoje.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 09/11/2018

**Seção:** Poder

**Autor:**

**Título:** Gigantes usaram serviços de denunciados pela Lava Jato

Documento é assinado pela ONG britânica Global Witness em parceria com a organização suíça Public Eye

Três empresas transnacionais ligadas ao comércio de petróleo usaram os serviços de empresários citados ou denunciados na operação Lava Jato. A ligação das gigantes globais com intermediários que caíram na malha da mega-investigação anticorrupção brasileira foi apontada por relatório divulgado nesta quinta (8) pela ONG britânica Global Witness em parceria com a organização suíça Public Eye.

Parte desses empresários formava o grupo conhecido como Brasil Trade, denunciado pela força-tarefa da Lava Jato em 8 de agosto deste ano sob

acusação de crimes contra a administração pública, em detrimento da Petrobras, por meio de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro, entre outros. O sueco Bo Ljungberg está entre esses denunciados e foi contratado em 2011 e 2012 pela empresa Vitol, com escritórios em mais de 40 países, “para apoiar a identificação de oportunidades de negócios de petróleo no Brasil e para auxiliar nos aspectos operacionais das transações”.

De acordo com a Vitol, Ljungberg foi pago por meio de sua empresa, a Encom Trading SA. Em nota, a Vitol afirma acreditar que a relação com o sueco e sua empresa tenha se dado em total respeito com a legislação vigente.

Ljungberg nega envolvimento com o grupo Brasil Trade, do qual fariam também parte os operadores Jorge Luz e Bruno Luz, condenados por envolvimento em esquema de corrupção na Petrobras em outubro de 2017 pelo juiz da Lava Jato, Sergio Moro, futuro ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro.

De acordo com o relatório, a Vitol também fez negócios com o doleiro Nelson Ribeiro através de sua subsidiária britânica, a Cockett Marine.

Ribeiro está sendo investigado por supostamente canalizar US \$ 5,7 milhões em suborno da Odebrecht para o ex-executivo da Petrobras, Paulo Roberto Costa, delator chave da Lava-Jato ao lado do doleiro Alberto Yousseff.

Em nota, a Vitol afirma que “tem uma política de tolerância zero em relação a suborno e corrupção” e que “o relatório não contém evidências de qualquer irregularidade ” por parte da empresa.

Foi a partir de um pen-drive apreendido pela polícia em 2015 que surgiram indícios do envolvimento das empresas com os intermediários hoje investigados, denunciados ou condenados pela Lava Jato.

Nele havia trocas de informações entre membros da Brasil Trade nas quais estão registradas atas sobre visitas e contratos do grupo com a Vitol e a Glencore.

Autointitulada a maior empresa de comércio de recursos naturais do mundo, a Glencore manteve ligação com a Brasil Trade por meio de um de seus supostos membros, Luiz Eduardo Andrade, também de acordo com o relatório.

Andrade foi acusado de receber dinheiro de Jorge Luz e depois repassar para um alto funcionário da Petrobras. Segundo o documento da Global Witness e da Public Eye, Andrade não apresentou defesa até a publicação do relatório.

A subsidiária britânica da Glencore, Ocean Connect Marine, também levantou suspeitas ao realizar, segundo o relatório, pagamentos milionários para a Seaview Shipping, que pertence ao grego Konstantinos Kotronakis.

O empresário foi cônsul honorário da Grécia no Brasil e, em agosto do ano passado, chegou a ser proibido de deixar o país pelo então juiz para que prestasse esclarecimentos pela suposta intermediação de contratos fraudulentos entre empresas gregas, algumas das quais era sócio, com a Petrobras.

No final de outubro a Glencore foi intimada pelo departamento de Justiça americano sobre o uso de intermediários em negociações realizadas no Congo, Venezuela e Nigéria.

O caso levanta suspeitas de que ou a empresa tem realizado negócios suspeitos em várias partes do mundo ou tem involuntariamente se associado a intermediários com atividades sob investigação.

Procurada, a empresa não respondeu aos questionamentos até a publicação deste texto. À Global Witness, alegou não haver evidências de que a empresa ou suas subsidiárias estejam envolvidas na prática de corrupção ativa ou passiva.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 09/11/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Fernanda Nunes / RIO

**Título:** Governo estuda pacote para reduzir conta de luz

Uma das medidas é o pagamento antecipado de R\$ 4,5 bilhões de um empréstimo feito para reforçar o caixa de distribuidoras de energia

O governo negocia com um grupo de bancos a antecipação do pagamento de R\$ 4,5 bilhões de um empréstimo tomado para reforçar o caixa das distribuidoras num período de crise hidrológica e alto custo térmico. A expectativa é de que com a redução do compromisso caia também a conta de luz, de onde sai o dinheiro para pagar o empréstimo. André Pepitone, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), não soube quantificar o benefício para cada consumidor.

A negociação com os bancos deve ser concluída neste mês. Ela faz parte de um pacote de medidas que estão em estudo para reduzir a tarifa de energia, disse Pepitone, que participou de evento da Fundação Getulio Vargas (FGV) no Rio.

O clima pode ajudar nesse propósito. O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, disse não descartar que a conta de luz de dezembro tenha bandeira verde, por causa do nível favorável dos reservatórios hidrelétricos – atualmente, ela é amarela. No submercado Sudeste/Centro-Oeste, o nível está em 20%, frente à projeção de 15% feita em setembro. "O verão não é problema. O problema de potência acontecerá no período seco (de abril a novembro)", disse Barata.

Ele avalia que o volume de chuva tem contribuído para encher os reservatórios desde outubro e para superar as projeções de capacidade de produção de eletricidade. "Para novembro prevemos chuva boa no Rio Tocantins. Mais para frente, no Madeira e no Xingu."

Segundo o diretor-geral do ONS, o início do próximo ano é promissor. No Sudeste, o nível dos reservatórios poderá chegar a 60%. No Sul, já está em 80%. O esperado é que a região exporte para o Sudeste, onde o consumo é maior. Também participando do evento na FGV, Barata disse que atualmente a adoção do horário de verão tem mais motivações econômicas do que técnicas, porque prioritariamente favorece o setor turístico.

Amazonas. O diretor-geral da Aneel disse que o governo está criando uma medida provisória para garantir a continuidade do serviço de distribuição de energia no Amazonas. A ideia é permitir que uma empresa vencedora de licitação administre temporariamente a distribuidora até que seja leiloadas.

A Amazonas Energia está sob gestão da eletrobrás, mas os acionistas da estatal já decidiram que só ficarão com a distribuidora até 31 de dezembro. No dia 26 de novembro, ela deve ir a leilão. Se mais uma vez não aparecer comprador, a distribuidora será administrada por terceiro, segundo as regras previstas na MP que está sendo elaborada. A intenção é que o passivo da empresa continue com a eletrobrás e que, no futuro, em novo leilão, seu comprador leve apenas o ativo.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 09/11/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Simone Kafruni

**Título:** Diesel terá até 15% de biodiesel

O óleo diesel brasileiro terá mais biodiesel na sua composição. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou ontem, no Diário Oficial da União (DOU), o cronograma de aumento gradual de 10% para 15% do volume obrigatório de biodiesel no diesel vendido no Brasil. Segundo o CNPE, a medida oferece previsibilidade ao setor, incentiva a geração de empregos e investimentos na área de combustíveis.

A proposta do conselho estabelece que a adição de biodiesel cresça um ponto percentual por ano, passando do atual patamar de 10% (mistura B10) para 11% (mistura B11) em junho de 2019. Sucessivamente, a ampliação será feita até março de 2023, quando todo o diesel vendido ao consumidor final conterá 15% de biodiesel.

A autorização, porém, fica condicionada à prévia realização de testes e ensaios em motores, que validarão a possibilidade técnica da adição de até 15% de biodiesel. O prazo previsto de término dos testes é março de 2019.

### Produção

A estimativa é de que a produção brasileira de biodiesel passe de 5,4 bilhões para mais de 10 bilhões de litros anuais, entre 2018 e 2023. Esse crescimento representará um aumento de 85% da demanda doméstica, o que deve consolidar o Brasil como um dos maiores produtores de biodiesel no mundo.

Ontem, a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou os pagamentos, a mais cinco empresas, da subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, relativos aos períodos de 8 a 31 de julho, de 1º a 30 de agosto e de 31 de agosto a 29 de setembro. O valor totaliza R\$ 1,064 bilhão. A subvenção foi criada para permitir a manutenção do preço do produto, conforme acordo firmado com os caminhoneiros para encerrar a greve da categoria, ocorrida em maio.

Também foi aprovado o pagamento de acréscimo por atraso, devido à atualização pela taxa Selic, a quatro empresas, relativo aos períodos de 8 de junho a 7 de julho e de 8 a 31 de julho, num total de R\$ 4,8 milhões.

A Petrobras receberá R\$ 1,043 bilhão; a Sul Plata Trading do Brasil, R\$ 6,5 milhões; a Flamma Óleos de Derivados, R\$ 1,8 milhão; e a Greenergy Brasil, R\$ 1,3 milhão. A Blueway Trading Importação e Exportação vai receber R\$ 10,5 milhões para o período de 8 a 31 de julho, mas teve indeferido o pleito para 8 de junho a 7 de julho, pois o preço médio foi superior ao estabelecido. A Petrobras também teve solicitação para 1º a 30 de agosto indeferida, por ter apresentado dados após o prazo legal.



- **Gasolina cai 14,5% (nas refinarias)**

*A Petrobras anunciou ontem a sexta redução consecutiva da gasolina tipo A desde 30 de outubro, quando o combustível custava R\$ 1,9855 nas refinarias, sem considerar tributos. Desta vez, o valor médio caiu 0,73%, de R\$ 1,7082 para R\$ 1,6958. A queda acumulada é de 14,5% no período. Porém, segundo último levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço, nos postos de todo o país, recuou, em média, apenas 0,3% de uma semana para outra. Em novembro, a redução acumulada nas refinarias é de 9%. A petroleira manteve o preço do diesel em R\$ 2,1228.*

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 09/11/2018**

**Seção: Brasil**

**Autor: André Ramalho | Do Rio**

**Título: Ressuscitado, 'Brasduto' avança e causa polêmica ao tirar recurso de fundo social**

Os parlamentares brasileiros ressuscitaram nesta semana uma proposta para usar parte dos recursos do pré-sal hoje destinados à educação e saúde para financiar a construção de gasodutos, no país. Depois de uma tentativa fracassada de tentar emplacar a criação do fundo de expansão da infraestrutura de gás (batizado de Dutogás), na MP 814, sobre a privatização da Eletrobras, a proposta foi incorporada em dois projetos de lei diferentes e está sendo tratada em duas frentes ao mesmo tempo, uma na Câmara e uma no Senado.

Na quarta-feira, o plenário do Senado aprovou a criação do fundo, rebatizado na Casa de Brasduto, via emenda ao PLS 209/2015, que trata da repactuação do risco hidrológico entre as geradoras de energia.

Se aprovada na Câmara, metade da renda do pré-sal que vai hoje para a educação e saúde, por meio do Fundo Social, terá sua destinação original desviada. A ideia é que 20% dos recursos obtidos com a venda do óleo e do gás da União sejam destinados ao "Brasduto", e outros 30%, ao Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A proposta provocou reações. "É bastante preocupante",

disse o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão sobre o corte. "Num contexto dramático que estamos vivendo, essa decisão do Senado pode agravar ainda mais a disponibilidade de recursos para a saúde pública, num cenário de restrição."

Poupança criada em 2010 e que destina metade de seus recursos para as áreas de saúde e educação, o Fundo Social já recebeu cerca de R\$ 10,5 bilhões entre janeiro e agosto deste ano, somente com recursos de royalties e participações especiais, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Além das receitas da comercialização do óleo e gás da União, o Fundo Social recebe outros recursos, como parte dos bônus de assinatura dos contratos de partilha e royalties de áreas do pré-sal.

A matéria segue agora para a Câmara, onde a criação do fundo para financiamento de gasodutos foi incorporada também ao texto do projeto de lei que trata da reforma do marco regulatório do setor de gás (PL 6.407/2013).

A proposta é apoiada pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), que chegou a incluir a sugestão do fundo dentro de um documento entregue, durante a campanha eleitoral, aos candidatos à Presidência. A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) e o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), por sua vez, defendem a necessidade de maior discussão sobre a necessidade de uso de recursos públicos para financiar gasodutos.

No mesmo dia da aprovação da matéria, no Senado, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, disse que não via necessidade na criação do Brasduto. E questionou o uso frequente de subsídios na política energética, no Brasil.

"Acho que não há necessidade de subsídios. Precisamos estimular o mercado... A estratégia mais correta é criar de maneira transparente mecanismos que permitam o setor ter força e vitalidade e estimular a concorrência entre diversos grupos", afirmou.

O presidente-executivo da Abegás, Augusto Salomon, explica que não se trata de subsídio, já que o fundo é reembolsável. "Os recursos que forem destinados à construção do gasoduto voltam, corrigidos, para o Fundo Social, para a educação e saúde, à medida que o gasoduto for ficando cheio [e as tarifas forem sendo pagas]. Além disso, ao possibilitar o escoamento do gás do pré-sal para a costa, é mais gás sendo vendido pela União e mais recursos entrando no Fundo Social", defende.

O objetivo da proposta do Brasduto é financiar a expansão da infraestrutura de gás (unidades de processamento, gasodutos de escoamento e transporte,

terminais de GNL) e criar uma rede nacional para atender capitais que ainda não contam com mercados estabelecidos.

Atualmente, existem distribuidoras virtuais de gás canalizado que não são abastecidas por gasodutos de transporte e, portanto, têm dificuldades para viabilizar a expansão de seus mercados, em alguns casos inexistentes. São os casos de Brasília (CEBGás), Goiânia (Goiasgás), Porto Velho (Rongás), Macapá (Gaspap), São Luís (Gasmar) e Teresina (Gaspisa), concessionárias que contam com a participação da Termogás, empresa do empresário Carlos Suarez, um dos fundadores da OAS.

A companhia é proprietária, também, do projeto Brasil Central, gasoduto que conectaria São Paulo a Goiás, passando pelo Triângulo Mineiro. O projeto é um dos potenciais candidatos naturais a contar com os recursos do fundo Dutogás.

"Conceitualmente, não faz sentido querer crescer a malha de gasodutos com recursos públicos do Fundo Social da educação e saúde", afirma o presidente da Abrace, Edvaldo Santana, que também questiona a aplicação de recursos públicos para construção de infraestrutura de gás natural no país.

"A construção da infraestrutura de gás é uma atividade privada. Gostaríamos de aprofundar essa discussão com mais calma. Não é uma questão de questionar o mérito da proposta, mas discutir alguns aspectos e evitar dar margem para instituir alguns privilégios", complementou o secretário-executivo do IBP, Luiz Costamilan.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 09/11/2018**

**Seção: Brasil**

**Autor: André Ramalho | Do Rio**

**Título: Mudanças no texto original emperram Lei do Gás**

Em meio à dificuldade do mercado de gás natural em costurar um consenso sobre a reforma do marco regulatório do setor, duas mudanças no texto do projeto de lei do Gás Para Crescer prometem emperrar de vez as pretensões de que a iniciativa avance durante a transição de governo. O impasse já está instalado há quase um ano, mas ganhou novos contornos depois que a ideia original de regulação do mercado livre foi desfeita e o substitutivo da Lei do Gás ganhou um novo artigo criando um fundo para financiar gasodutos.

Sem avanços na busca de um consenso, o relator na Comissão de Minas e Energia da Câmara, o deputado Marcelo Squassoni (PRB/SP), pediu a retirada do

projeto da pauta da reunião desta quarta-feira. A intenção é que a matéria volte à pauta ainda neste ano, mas a falta de um entendimento entre as partes pode dificultar a aprovação da nova Lei do Gás.

Existe a expectativa no setor de que o governo Jair Bolsonaro consiga sacramentar a reforma do marco regulatório. A proposta de plano de governo do novo presidente eleito vai na direção de alguns pontos incluídos na reforma iniciada no governo Michel Temer. O documento de Bolsonaro cita, por exemplo, o interesse na desverticalização e desestatização do setor e medidas como livre acesso e compartilhamento dos gasodutos e criação de um mercado atacadista de gás natural.

A tarefa de avançar com a reforma num ambiente de conflito, no entanto, não será fácil. Não à toa, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) abriu uma série de consultas públicas para tentar emplacar as mudanças de forma infralegal. O órgão vai discutir nos próximos meses temas como a desverticalização do setor, acesso a infraestruturas essenciais e harmonização das regulações estaduais. A expectativa, no entanto, é que propostas só se tornem concretas em 2019.

A tramitação do PL travou na Câmara no fim de 2017. A versão original do substitutivo do PL 6.407/2013, apresentada na ocasião, atribuía à ANP a regulação do consumidor livre. A proposta é defendida por praticamente todos os agentes, mas esbarrou na resistência das distribuidoras, favoráveis à manutenção da regulação estadual e que possuem força nas bancadas estaduais. Hoje, cada Estado possui uma regulação própria.

Com a pressão das distribuidoras, o projeto parou. O novo substitutivo, apresentado na Câmara nos últimos dias, confirmou o recuo na proposta de atribuir à ANP a regulação do mercado livre e desagradou parte da indústria.

Representantes dos consumidores (Abrace) e o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) se queixam de que há legislações estaduais que são impeditivas à abertura do mercado. Reclamam que, em alguns Estados, as exigências para migração para o mercado livre são altas e que usuários têm de pagar às distribuidoras a mesma tarifa paga por clientes cativos. Já a Abegás, que representa as distribuidoras, defende que, pela Constituição, cabe aos Estados regular o gás canalizado e que o mercado só não se desenvolveu por falta de ofertantes.

Com o impasse ainda não resolvido, sobrem dúvidas sobre as condições de o projeto avançar.

"Seria mais interessante deixar as discussões para 2019, num novo governo, fazer as coisas de forma mais consistente", afirmou o presidente da Abrace, Edvaldo Santana.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 09/11/2018****Seção: Política****Autor: Andrea Jubé, Marcelo Ribeiro e Rodrigo Polito | De Brasília e do Rio****Título: Ex-secretário-executivo do MME é cotado para ser titular da pasta**

O presidente eleito Jair Bolsonaro encerrou ontem o périplo de três dias em Brasília com um terço de seu futuro ministério confirmado, e o encaminhamento das indicações para as pastas de Minas e Energia e Meio Ambiente. Outra prioridade é a definição do futuro ministro de Relações Exteriores, a pedido da nova titular de Agricultura, deputada Tereza Cristina (DEM-MS).

Ontem o general Oswaldo de Jesus Ferreira, cotado para assumir o Ministério da Infraestrutura, chegou para uma reunião do gabinete de transição para discutir privatizações acompanhado do **ex-secretário-executivo de Minas e Energia Paulo Pedrosa**.

Com a manutenção da pasta de Minas e Energia - que seria incorporada à de Infraestrutura -, o nome de Pedrosa despontou como cotado para o posto. "Já está mais acertado que a parte de Minas e Energia vai ficar em um ministério separado", disse Ferreira ao chegar à reunião com Paulo Guedes, futuro ministro da Economia.

O **Valor** apurou que o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, sugeriu a Paulo Guedes o nome de Pedrosa para comandar o setor no governo Bolsonaro, mas o presidente eleito ainda não bateu o martelo sobre o tema.

Pedrosa está afinado com a equipe de Bolsonaro: ele e o ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, conversaram algumas vezes com Luciano de Castro, principal nome responsável pelo programa de energia do futuro governo.

Além disso, Pedrosa tem a simpatia do mercado, com quem mantém boa interlocução: na gestão de Fernando Coelho Filho, Pedrosa encaminhou uma reestruturação do setor elétrico, foi um dos artífices da proposta de privatização da Eletrobras, foi diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Outro nome que despontou ontem, na esteira da indicação de Tereza Cristina para a Agricultura, foi o de Evaristo de Miranda, pesquisador e chefe da Embrapa Territórios, de Campinas (SP). Ele é o principal cotado para o Ministério do Meio Ambiente, com o qual Tereza Cristina quer trabalhar em sintonia fina.

Referendada pela frente parlamentar do agronegócio, Tereza Cristina recomendou a Bolsonaro que mantivesse a pasta do Meio Ambiente, sugerindo apenas o enxugamento de sua estrutura e a otimização dos trabalhos. Originalmente, a pasta seria incorporada à de Agricultura.

Muito ligado ao agronegócio e nome de preferência do setor - e por isso, trabalharia alinhado com Tereza -, Evaristo já foi inclusive sondado pela equipe de transição de Bolsonaro, mas ficou de consultar a família e dar a resposta ao interlocutor até o início da próxima semana.

Ele também é reconhecido pelos estudos nas áreas de ecologia e georreferenciamento de dados. Nos últimos anos, o nome de Evaristo vem sendo constantemente lembrado por parlamentares do segmento agropecuário para cargos em órgãos ambientais de governo.

Também ontem, na primeira conversa com Bolsonaro, após a confirmação de seu nome para o comando da Agricultura, Tereza argumentou que terá de atuar alinhada com o Ministério das Relações Exteriores, devido, entre outros assuntos, ao elevado volume de exportação do agronegócio brasileiro, e ao esforço para abrir - ou reabrir - mercados no exterior.

Segundo relatos de um interlocutor da ministra, ela ouviu de Bolsonaro que o próximo nome a ser anunciado de sua equipe será o do futuro chanceler.

O **Valor** revelou que nome do embaixador aposentado José Alfredo Graça Lima, ex-chefe da missão brasileira junto à União Europeia, é fortemente cotado para a vaga de chanceler. Também correm por fora os nomes de Maria Nazareth Farani (chefe de missão brasileira em Genebra), Roberto Abdenur (ex-embaixador em Washington e já aposentado), Pedro Brêtas (embaixador no Canadá) e Ernesto Araújo (diretor do departamento de EUA). Além do crivo de Bolsonaro e dos três filhos, Eduardo (deputado federal), Flávio (senador) e Carlos (vereador), os nomes da futura equipe também passam pelo filtro do general Augusto Heleno, que assumirá o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). **(Colaborou Cristiano Zaia)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 09/11/2018

**Seção:** Opinião

**Autor:** Ronaldo Koloszuk e Rodrigo Sauaia

**Título:** Por que querem impedir o crescimento da energia solar?

A fonte solar fotovoltaica vive um crescimento considerável no Brasil, com benefícios econômicos, sociais e ambientais cada vez mais importantes. O país possui uma potência instalada de mais de 1,6 gigawatts (GW), total alcançado por menos de 30 países no mundo. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) projeta que a fonte deverá representar mais de 10% da matriz elétrica em 2030, enquanto hoje representa menos de 1%.

Na geração distribuída solar fotovoltaica, o Brasil acaba de ultrapassar 350 megawatts (MW). São 37 mil sistemas conectados à rede, que trouxeram mais de R\$ 2,5 bilhões em novos investimentos desde 2012, proporcionando economia e sustentabilidade ambiental a 44 mil residências, comércios, indústrias, produtores rurais e prédios públicos, como escolas e hospitais.

Pressionados pelos custos da energia elétrica, os consumidores buscam opções para enfrentar os pesados aumentos nas tarifas. A geração distribuída solar fotovoltaica se destaca como uma solução competitiva e sustentável: os preços dos sistemas caíram 75% na última década e o tempo de retorno sobre o investimento diminuiu, trazendo reduções de até 90% nas contas de energia elétrica.

A geração distribuída solar fotovoltaica começa, porém, a incomodar grandes grupos econômicos, tradicionais e conservadores no setor elétrico. Um forte lobby, encampado por entidades que representam as distribuidoras, tem pressionado autoridades para alterar importantes regulamentações que dinamizaram o mercado. Em especial, a bem-sucedida compensação de créditos de energia elétrica para sistemas de microgeração e minigeração distribuída tem sido alvo de pesadas investidas.

O motivo é financeiro: ao empoderar os consumidores, tornando-os produtores ativos de sua própria energia renovável e mais independentes, a geração distribuída solar fotovoltaica ameaça as receitas e lucros de distribuidoras que não se adaptarem à nova realidade do mercado.

A intenção do lobby é mudar as regras, para que consumidores com geração distribuída paguem mais pelas redes de distribuição, sob a alegação de que o impacto tarifário de supostos subsídios cruzados seria de 0,1% para cada 50 mil unidades consumidoras. Os números, no entanto, não batem.

Os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) indicam que a redução de receita média para as distribuidoras, com o crescimento da geração distribuída para 150 mil unidades consumidoras até 2020, seria inferior a 0,1%. Já o impacto médio nas tarifas dos consumidores seria de menos de 1%, considerando todo o acumulado no período de 2015 a 2020.



***Há um lobby para que os consumidores com geração distribuída paguem mais pelas redes de distribuição***

Os valores são irrisórios quando comparados aos reajustes tarifários cobrados anualmente dos consumidores pelas distribuidoras. Em 2017, o reajuste médio anual das tarifas das distribuidoras foi superior a 10%, frente a uma inflação de 2,95%. Para 2018, a previsão é ainda pior: o aumento ficará entre 10% e 15% em média, pesando no bolso da sociedade brasileira.

Todo consumidor com geração distribuída já paga pelo custo de disponibilidade da rede de distribuição, responsável pelo rateio de custos da infraestrutura das distribuidoras, conforme regulamenta a Aneel. Esse pagamento também é feito no caso de projetos de médio porte conectados em média tensão, via pesados custos de demanda sobre as usinas de geração distribuída. Por vezes, os empreendedores de geração distribuída arcam, inclusive, com uma parte dos custos de reforço da rede, doando posteriormente estes reforços para as distribuidoras.

Ainda é muito cedo, portanto, para qualquer alteração na compensação de energia elétrica da geração distribuída. Faltam estudos da Aneel, transversais, quantitativos, qualificados, aprofundados e isentos, que avaliem os benefícios (ambientais, econômicos, sociais e elétricos) e eventuais custos da geração distribuída para a sociedade brasileira. Só a partir desta análise teremos dados para propor aprimoramentos regulatórios com propriedade.

Na Califórnia (EUA), por exemplo, os investimentos da população em geração distribuída e eficiência energética trouxeram uma economia de US\$ 2,6 bilhões aos californianos, com o cancelamento de 20 projetos de transmissão e redução de 21 projetos de reforço de rede. Ambos seriam necessários, caso a energia elétrica fosse trazida de fora das cidades para atender os consumidores, porém a geração distribuída solar fotovoltaica instalada pelos consumidores supriu grande parte da nova demanda por eletricidade e evitou ou aliviou estes custos para todos os consumidores.

Também é falso dizer que energia solar fotovoltaica é tecnologia apenas para os ricos, muito pelo contrário. A fonte - ainda em processo de desenvolvimento no país - é uma das mais democráticas e socialmente acessíveis para consumidores de todas as classes sociais. Por isso, a tecnologia tem sido incorporada em casas populares, como nos programas habitacionais do CDHU-SP, AGEHAB-GO e no Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, aliviando os custos da população mais vulnerável, para que possam melhorar a alimentação, saúde, educação, transporte e qualidade de vida.



A geração distribuída solar fotovoltaica coloca o consumidor no centro das decisões. Por isso, nove em cada dez brasileiros quer gerar energia renovável em sua residência, conforme atesta pesquisa do Ibope Inteligência de 2018. É dever dos líderes públicos atender aos anseios da sociedade brasileira. O crescimento sustentável do Brasil será potencializado pelo uso da energia solar fotovoltaica como política pública estratégica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, contribuindo para diversificar a matriz elétrica, gerando milhares de empregos, reduzindo a queima de combustíveis fósseis, ampliando a liberdade do consumidor, estimulando a cadeia produtiva, reduzindo perdas e trazendo economia para os cidadãos, as empresas e os governos.

**Ronaldo Koloszuk é presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar)**

**Rodrigo Sauaia é CEO da Absolar, mestre em Energias Renováveis pela Loughborough University (Reino Unido), e doutor em Engenharia e Tecnologia de Materiais pela PUC-RS**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 09/11/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Fernanda Pires | De São Paulo**

**Título: CSN promete reduzir mais a alavancagem**

Principal preocupação de investidores e analistas de bancos que acompanham a empresa, a alavancagem da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) deverá continuar em queda e pode encerrar o ano próxima de 4 vezes. Isso ocorrerá mesmo sem a venda de ativos, informaram ontem executivos da CSN em teleconferência com analistas para falar dos resultados do terceiro trimestre. Para tanto, a CSN conta com a tendência de manutenção do crescimento do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) nos próximos meses.

Em setembro, a alavancagem da empresa, medida pela relação dívida líquida sobre Ebitda, foi de 4,93 vezes ante 5,34 vezes no fim de junho. Ao câmbio atual, o múltiplo de setembro ficou mais baixo, em 4,71 vezes. A melhora se deu devido ao avanço do resultado operacional, pois a dívida líquida ficou igual à do fim de junho.

O objetivo maior da CSN é chegar com alavancagem de até 3,5 vezes em meados de 2019. Até lá, contudo, a CSN crê na venda de mais ativos. A empresa está atuando em várias frentes e a que deve sair mais rapidamente se refere a desinvestimentos fora do Brasil. A empresa está se desfazendo das unidades de siderurgia em Portugal (Lusosider) e na Alemanha (SWT). A fase de diligência dos interessados deve começar logo e notícias concretas são esperadas nos próximos 45 dias.

Os dados do terceiro trimestre da siderúrgica surpreenderam. O lucro líquido foi de R\$ 752 milhões, alta de 194% em base anual, reflexo da forte melhora operacional. Luis Fernando Martinez, diretor executivo comercial da companhia, destacou que o terceiro trimestre foi o melhor desde 2014, após "quatro anos de maremoto no Brasil".

De acordo com o presidente e acionista da CSN, Benjamin Steinbruch, a empresa deve encerrar o ano com o estoque quase zerado tanto na mineração como na siderurgia, diante da retomada do mercado. Especialmente no mercado de aço, a CSN terá "o menor nível de estoque dos últimos anos", disse ele. A perspectiva de melhora "é bastante grande", razão pela qual pode haver um "salto nos preços", disse o presidente.

"Se analisarmos a crescente que vimos nos três primeiros trimestre, o desejo é que a gente consiga superar e entregar resultado bastante bom [no ano] para coroar os esforços em termos de redução de gastos, controle de custos, melhora de performance de vendas e melhora de qualidade", afirmou Steinbruch.

Um dos mercados que mais demandam aço é o automotivo, com quem a CSN está negociando aumento de preços nos contratos para 2019 e perto de fechar com algumas montadoras. A solicitação da empresa é de reajuste de 27,5%.

Segundo o diretor de mineração, Eneas Diniz, a perspectiva para 2019 é de aumento gradual na produção "superior a 31 milhões de toneladas".

A companhia ainda está definindo o plano de investimentos para 2019. A perspectiva, porém, é que fique marginalmente acima do realizado em 2018. No acumulado deste ano, a CSN desembolsou R\$ 821 milhões.

Uma das operações que vão consumir parte dos recursos é a reforma do alto-forno 3, o principal da empresa, localizado em Volta Redonda (RJ). A empresa fará uma parada em julho e a interrupção deve durar dois meses - mas a CSN ainda busca reduzir esse tempo. A empresa estima, por ora, investir de R\$ 200 milhões a R\$ 220 milhões. Com a reforma, ela pretende adicionar um volume de

400 mil toneladas na base anual, preparando-se para a demanda adicional de consumo no próximo ano.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 09/11/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia | De São Paulo

**Título:** Antecipação de obras valoriza ativos de transmissão da EDP em R\$ 200 milhões

A antecipação de dois projetos de transmissão e as condições mais atrativas de financiamento obtidas pela EDP Energias do Brasil vão permitir a valorização desses ativos em R\$ 200 milhões, de acordo com o presidente da companhia, Miguel Setas.

A companhia deve concluir entre dezembro e janeiro uma linha de transmissão de 113 quilômetros no Espírito Santo cuja receita anual permitida (RAP) é de 21 milhões. O ativo, cujo prazo final para construção terminaria em agosto de 2020, deve ser concluído com 19 meses de antecipação. Além disso, a EDP alavancou mais de 92% dos investimentos do empreendimento, acima dos 70% calculados na época do leilão.

O linhão de transmissão de 485 quilômetros em Santa Catarina, por sua vez, será antecipado em mais de 15 meses ante o prazo original de conclusão, e a EDP alavancou praticamente 100% do ativo por meio de uma emissão concluída recentemente. A RAP do projeto, que é 90% EDP e 10% Celesc, é de R\$ 172 milhões.

Os prazos e as condições de financiamento também permitirão que a taxa de retorno dos empreendimentos de transmissão da EDP sejam maiores que as calculadas nos leilões. Segundo a companhia, o retorno do acionista (ROE) subirá do teto de 14%, calculado na época do leilão, para mais de 20%. Essa taxa é referente ao conjunto dos projetos de transmissão que compõe o portfólio da EDP.

Ainda assim, a EDP segue cautelosa quanto à participação no certame previsto para 20 de dezembro. Segundo Setas, a disputa deve manter o ambiente de competição "intensa" e a companhia deve participar com "prudência e rigor."

"Temos assistido um grande fluxo de capital estrangeiro no setor, investidores de todo o mundo e uma competição muito grande por projetos de transmissão. Esperamos encontrar um ambiente competitivo que deve permanecer intenso",

disse Setas, que participou ontem de um evento realizado pela Apimec com investidores e analistas da companhia.

Segundo o executivo, a companhia continuará rigorosa na alocação de capital, e está se preparando para participar do leilão em lotes que fiquem em regiões nas quais a EDP já tem presença. "Vamos escolher lotes em que possamos ter sinergias com investimentos em geração, transmissão, ou até distribuição", disse.

As incertezas quanto às condições de financiamento para o leilão não são um impeditivo, disse Henrique Freire, diretor financeiro e de relações com investidores da EDP. Os investidores não sabem exatamente qual será a taxa de financiamento dos projetos no momento do leilão, e contam com um pressuposto de financiamento. "Esse grau de incerteza vai continuar existindo", disse, quando questionado sobre uma possível mudança nos rumos do BNDES a partir do ano que vem com a entrada do novo governo.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 09/11/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:** Stella Fontes | De São Paulo

**Título:** Distribuidoras veem retomada nas vendas

Depois de mais um trimestre de demanda fraca e margens pressionadas, as grandes distribuidoras de combustíveis no país começaram a perceber melhora nos negócios no quarto trimestre. Tanto Ipiranga, do grupo Ultra, quanto Raízen Combustíveis, joint venture entre Cosan e Shell, indicaram que a expectativa é de retomada gradual nos próximos meses, deixando para trás o momento difícil enfrentado neste ano, agravado pela greve dos caminhoneiros.

O sentimento é de otimismo com o desempenho no quarto trimestre e no ano que vem. Mas ainda há desafios, associados à velocidade de recuperação do consumo no ciclo Otto (gasolina e etanol), concorrência mais acirrada entre as redes e incertezas regulatórias - o programa de subvenção ao diesel, um desdobramento da paralisação dos caminhoneiros em maio, deve se encerrar em 31 de dezembro.

As três maiores do setor, Ipiranga, Raízen e BR Distribuidora, controlada pela Petrobras, registraram piora significativa dos resultados no terceiro trimestre, na comparação anual. Na Ipiranga, o volume de combustíveis vendido cresceu 2%, mas a volatilidade nos preços e a maior participação do etanol no mix de vendas afetou a margem Ebitda - que caiu de R\$ 154 por metro cúbico há um

ano para R\$ 80 por metro cúbico. Contudo, a rede voltou a ganhar participação de mercado em diesel e em etanol e gasolina.

***Grandes redes afirmam que ainda há desafios, como a velocidade de recuperação no consumo de gasolina e etanol***

Na Raízen Combustíveis, o volume total comercializado cresceu 1,5% no trimestre e a margem caiu menos, de R\$ 135,6 por metro cúbico para R\$ 102,1 por metro cúbico. Na BR, o volume vendido de combustíveis recuou 3,1%, enquanto a margem Ebitda encolheu a R\$ 58 por metro cúbico, comparável a R\$ 93 por metro cúbico no terceiro trimestre do ano passado.

Ao comentar os resultados da Ultrapar no intervalo, que foram menores por causa do desempenho da Ipiranga, o diretor financeiro e de Relações com Investidores, André Pires, disse que o ambiente operacional está mais favorável, por causa do cenário de recuperação econômica. Diante disso, a rede deve reportar resultados melhores, com crescimento consistente no quarto trimestre.

"Continuamos vendo melhora sequencial de volumes e rentabilidade ao longo dos últimos meses na Ipiranga, o que deve se repetir quando se comparar o quarto trimestre com o terceiro trimestre. E isso deve se manter ao longo de 2019, de forma mais significativa do que agora. Na comparação ano contra ano, temos convicção de que a melhora será bastante significativa", disse, em teleconferência com analistas.

De acordo com Pires, houve uma ligeira melhora no cenário econômico, apesar da manutenção dos níveis de desemprego e do aumento da inflação no país. Com a definição eleitoral, a crença é que o ambiente será propício ao debate das reformas estruturais, que contribuirão para a retomada do crescimento econômico. Com isso, haverá expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e da demanda no mercado interno em 2019. "A Ultrapar espera resultados melhores em todos os negócios, com destaque para a Ipiranga, diante da perspectiva de evolução do ambiente operacional, com crescimento significativo", disse o executivo.

Depois dos resultados do terceiro trimestre, a Raízen reduziu a projeção para o Ebitda em 2018. No intervalo, o resultado operacional caiu 24% na comparação anual, para R\$ 683 milhões. Antes, o Ebitda anual da Raízen Combustíveis estava estimado em R\$ 2,85 bilhões a R\$ 3,15 bilhões. Agora, o piso do intervalo anterior está no centro do novo intervalo projetado, que vai de R\$ 2,75 bilhões a R\$ 2,95 bilhões.

"Os R\$ 2,85 bilhões são, agora, o ponto médio do guidance e é o que continuamos mirando. Há algumas questões ainda em etanol, a própria dinâmica do programa de subvenção ao diesel. Com tudo isso em vista, continuamos acreditando em recuperação gradual desse negócio", afirmou o gerente de Relações com Investidores da Cosan, Phillipe Casale, em teleconferência com analistas. No ano passado, o resultado foi de R\$ 2,94 bilhões.

Essa melhora gradual, segundo o executivo, já está sendo percebida, mas o consumo de combustíveis do ciclo Otto segue como uma das maiores fontes de pressão sobre o setor. A queda recente nos preços da gasolina pode ajudar na retomada, porém há alguns desafios persistentes, conforme Casale. "O Brasil passa por um ano de alguns desafios e o período pós-greve foi necessário para acomodação da indústria. Mas temos visto melhora gradual após a greve, na própria rentabilidade do negócio, e deve seguir assim até o fim do quarto trimestre", disse.

A demanda do ciclo Otto tem sido afetada neste ano pelo elevado nível de desemprego, renda menor e pela alta dos preços da gasolina, que tem se refletido em maior migração do consumidor para o etanol.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 09/11/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Chiara Quintão | De São Paulo**

**Título: MRV testa carro elétrico no Minha Casa, Minha Vida**

Em parceria com Renault, projeto é pioneiro no compartilhamento de carro elétrico em habitações de baixa renda

A MRV Engenharia anunciou ontem iniciativa para compartilhamento de carro elétrico em seus empreendimentos. Chamado de MRV SIM (sustentabilidade, inovação e mobilidade), o projeto será testado em um condomínio de São Paulo e em outro de Belo Horizonte, que geram energia com uso de placas fotovoltaicas. Os dois carros para a fase de testes serão fornecidos pela Renault. O anúncio foi feito no Salão do Automóvel, em São Paulo.

Segundo o diretor institucional da MRV, Raphael Lafetá, esta é a primeira iniciativa de compartilhamento de carros elétricos para habitações de baixa renda. A intenção da incorporadora é avaliar, nos próximos meses, o

comportamento dos hábitos dos consumidores de cada um dos condomínios em relação à frequência de uso do carro compartilhado e à distância percorrida. Os testes nos empreendimentos - que se enquadram nas faixas 2 e 3 do programa Minha Casa, Minha Vida - começam em janeiro.

A gestão do compartilhamento será feita por meio do aplicativo Renault Mobility. A Renault será responsável também pelo suporte técnico aos automóveis. Na fase inicial, os moradores não terão custo com a utilização do carro compartilhado. A MRV investiu R\$ 300 mil nos dois automóveis modelo Zoe.

A incorporadora pretende que, até 2022, todos os seus lançamentos tenham energia fotovoltaica disponível para os consumidores. Futuramente, todos os empreendimentos que possuem energia limpa poderão ter carros compartilhados. Os investimentos da MRV para o projeto de placas fotovoltaicas nos empreendimentos é de R\$ 800 milhões.

**MME / ASCOM .**